



FACULDADE ASSEMBLEIANA DO BRASIL (FASSEB)
CURSO DE BACHARELADO EM TEOLOGIA
COORDENAÇÃO DE CURSO

MANUAL DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
NO CURSO DE TEOLOGIA DA ASSEMBLEIANA DO BRASIL (FASSEB)

Goiânia, GO
2015/1

Rua Florianópolis, Qd. 11, Lt. 6 – Setor Vila Paraíso/Fama
CEP: 74553-520 Goiânia/GO – Fone: (62) 3211-3077
www.fasseb.com.br

CONSELHOS SUPERIORES

- Conselho Superior – CONSUPE
Pr. Lucas Luiz Almeida Costa (Presidente)
- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE
Prof. Ms. Rogeh Alves Bueno (Presidente)

DIRETORIA

- Diretor Geral
Pr. Lucas Luiz Almeida Costa
- Diretor Acadêmico
Prof. Ms. Rogeh Alves Bueno
- Diretor Administrativo-Financeiro
Pr. Claudeir Loureiro de Oliveira

ORGÃOS COMPLEMENTARES E DE APOIO TÉCNICO-ACADÊMICO

- Coordenadora do Curso de Teologia
Prof. Ms. Lázara Divina Coelho
- Presidente do Colegiado do Curso de Teologia
Prof. Ms. Lázara Divina Coelho
- Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE)
Prof. Ms. Lázara Divina Coelho
- Coordenador da Pós-Graduação
Prof. Dr. Eurípedes Pereira de Brito
- Coordenador da Extensão
Profa. Esp. Diessyka Fernanda Monteiro
- Secretária de Registro e Controle Acadêmico
Paula Rudimila de Jesus
- Secretárias de Apoio Acadêmico
Letícia Mainã Paula Silva Campos / Sueli Maria de Freitas
- Coordenador da Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Profa. Esp. Diessyka Fernanda Monteiro
- Bibliotecário
Danilo Ribeiro Garces Bueno
- Capelã
Profa. Esp. Sueli Maria de Freitas
- Ouvidora
Profa. Esp. Sueli Maria de Freitas

1. APRESENTAÇÃO

Esse Manual tem origem na política de avaliação de rendimentos do Curso de Teologia da Faculdade Assembleiana do Brasil prescrita em seu Projeto Político Pedagógico (2018-2022, p. 73-81), cuja base são os documentos oficiais internos da Instituição: o Regimento Interno (RI, 2009-2013) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2009-2013; PDI 2014-2018; PDI 2018-2022).

1.1 Objeto

O objeto deste Manual é a *avaliação da aprendizagem no Curso de Teologia da FASSEB*, em seus aspectos filosófico e prático.

1.2 Objetivo

O objetivo do documento é apontar para um sistema de avaliação capaz de contribuir para a educação do aluno, e oferecer, através de uma filosofia de avaliação centrada nos princípios da Palavra de Deus, uma prática voltada para o desenvolvimento da educação desse aluno como um aprendiz para a vida.

Pretende normatizar e padronizar os procedimentos avaliativos que orientarão os professores do Curso de Bacharelado em Teologia da FASSEB na elaboração dos instrumentos a serem utilizados no processo de avaliação dos discentes, seja em sua concepção filosófica, seja em sua operacionalização.

2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

2.1 As premissas

São duas as premissas que dão suporte à avaliação do processo de ensino e aprendizagem na FASSEB: “(a) a avaliação do discente é também a avaliação do ensino implantado pela Instituição; e (b) o fundamento da avaliação encontra-se nos indicadores de qualidade de cursos de graduação do Ministério da Educação presentes no Instrumento de Avaliação de Cursos presenciais e a distância do MEC/ INEP.” (PPC 2018-2022, p. 74,75)

2.2 O arcabouço da avaliação

A avaliação de aprendizagem é uma exigência institucional, cumpre função diversificada e contribui na configuração do ambiente educativo; pode ser compreendida como a pedra angular do processo educacional da Instituição, pois por ela é possível ter uma visão geral do processo educativo em desenvolvimento. Especificamente, é um componente do processo de

ensino e aprendizagem do Curso de Teologia da Faculdade Assembleiana do Brasil (PPC 2018-2022, p. 74).

3. DEFINIÇÃO DE AVALIAÇÃO

Avaliação refere-se à análise da performance do aluno (desempenho acadêmico e desenvolvimento para a vida) em dado espaço de tempo, e contém dois elementos: o *instrumento* e a *nota*. Envolve, portanto, a aplicação de um instrumento e a atribuição de um valor ao final do processo.

3.1 Instrumento

O *instrumento* trata de uma variedade de procedimentos usados na obtenção de informações sobre o desempenho do aluno, assim como para a sua aplicação; tem natureza processual. Visa dar ao professor condições para avaliar o aprendizado do aluno e determinar qualquer mudança necessária no método de ensino e/ou de avaliação.

3.2 Nota

A *nota* refere-se ao julgamento do desempenho expresso, o que comumente acontece em forma de números ou de letras. Destina-se a indicar ao docente a necessidade de reorientar suas práticas pedagógicas no campo do ensino e/ou da avaliação.

4. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

4.1 Objetivo geral

O **objetivo geral** da avaliação de aprendizagem no Curso de Teologia da FASSEB é valorizar o aluno como criatura singular de Deus e contribuir para a sua educação. Segundo estabelece o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC 2018-2022, p. 74), isso acontece por meio do recolhimento de informações “[...] que possibilitem estabelecer uma correspondência entre os dados obtidos e os objetivos propostos [no ensino] para que o professor tenha mecanismos para reorientar sua atividade docente”.

4.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral são traçados objetivos específicos em relação a esse aluno:

- Identificar seu domínio dos conteúdos oferecidos;
- Verificar sua capacidade de analisar, sintetizar e avaliar conhecimentos;
- Mensurar sua habilidade para examinar o mundo em que vive da perspectiva do conhecimento obtido; e, finalmente,

- Colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de cada etapa do Curso de Teologia.

Esses objetivos implicam na opção por um sistema contínuo e multifacetado capaz de combinar elementos formais e informais.

4.2.1 Natureza contínua

A *natureza contínua* da avaliação requer que o instrumento de avaliação, em seu caráter processual, deve ser ativado no primeiro dia de aula e estendido até o último momento da relação professor-aluno, ensino-aprendizado; isso deve ser feito sob a perspectiva *cumulativa*, o que significa que o professor deve aproveitar as diversas oportunidades de identificar e mostrar o crescimento do aluno ao longo de cada semestre.

4.2.2 Natureza multifacetada

A *natureza multifacetada* da avaliação importa na opção por recursos avaliativos que atendam à diversidade de aprendizagem da sala de aula. Esses recursos devem levar em conta as diversas inteligências, isto é, as diversas maneiras de aprender encontradas no grupo; isso deve ser feito por meio de diversos tipos de instrumentos a cada vez que o aluno é avaliado.

4.2.3 Elementos formais e informais

As avaliações devem ser informais e formais. As **avaliações informais** (discussão sobre um texto, pesquisa em sala, solução de problema, ponto de vista sobre dado tema etc.) podem ser realizadas diariamente, comunicadas com pouca ou nenhuma antecedência e pontuadas ou não; no caso de serem pontuadas, isso deve ser feito segundo critério pré-estabelecido no Plano de Ensino.

As **avaliações formais** (projetos, histórias, provas, declarações de leitura, redações etc.) são realizadas em datas previamente definidas no Plano de Ensino do professor e sua nota deve ser dada segundo o critério previamente estabelecido no Plano de Ensino do docente.

5. FINALIDADE DA AVALIAÇÃO

A finalidade da avaliação é oferecer ao professor mecanismos para reorientar sua atividade docente e à Instituição de Ensino, suas práticas pedagógicas; em outras palavras, é reorientar para uma melhor aprendizagem e para a melhoria do sistema de ensino.

6. OBJETO DA AVALIAÇÃO

O objeto da avaliação no Curso de Teologia da FASSEB é duplo: (1) desempenho acadêmico e (2) desenvolvimento como aprendiz ao longo da vida. Nasce do objetivo central da educação teológica da FASSEB, que é o desenvolvimento holístico do aluno como criatura singular de Deus, ou seja, “[...] a educação da pessoa para a vida e o mundo do trabalho” (PPC 2018-2022, p. 74).

7. MODELO CONCEITUAL

O duplo objeto da avaliação (desempenho acadêmico e desenvolvimento ao longo da vida) requer um modelo conceitual que dê conta de seus objetivos. Adota-se, aqui, o modelo conceitual hierárquico de quatro níveis de conhecimento, concebido por Miller (*apud* FERRAZ; BELHO, 2010). Esse modelo traz, em seu primeiro nível, isto é, na base da pirâmide, o conhecimento teórico e, em seu último, a prática em situação real.

7.1 Níveis de conhecimento a serem avaliados

7.1.1 Saber

Refere-se ao conhecimento teórico. Esse nível abrange os conteúdos das disciplinas: conceitos, teorias, modelos explicativos etc. Pode ser averiguado por meio de provas teóricas de múltipla escolha, múltipla escolha ampliada, questões discursivas, salto triplo/resolução de caso/seminário integrado, grupo de discussão e mapas conceituais.

7.1.2 Saber como

Refere-se à habilidade de aplicar o conhecimento em determinado contexto. Esse nível concerne ao conhecimento aplicado em novas situações, situações problema; trata-se, ainda, do domínio de conteúdos, cognitivos. Pode ser averiguado por meio de provas teóricas de múltipla escolha, múltipla escolha ampliada, questões discursivas, grupos de discussão, mapas conceituais etc..

7.1.3 Demonstrar (saber fazer)

Refere-se à resolução de problemas em situações simuladas nas quatro áreas de concentração do Curso: Teologia, Educação, Pastoral e *Ortopraxia*. O nível do *demonstrar* (mostrar como) está relacionado ao domínio de habilidades teológicas nas áreas de concentração e atitudes em situações controladas, simulando o ambiente real. Pode ser averiguado por meio de salto triplo/resolução de caso/seminário integrado, projeto de ensino (intervenção social), portfolio etc..

7.1.4 Fazer

Trata-se da prática em situações reais nas quatro áreas de concentração do curso: Teologia, Educação, Pastoral e *Ortopraxia*. Esse último nível (*fazer*),

no topo da pirâmide de Miller (1990), refere-se à avaliação em situações reais de atendimento teológico, junto à comunidade-alvo por meio de disciplinas como Aconselhamento Pastoral, Administração Eclesiástica e Homilética, de Projetos de Ensino, de programas da Capelania e do Estágio. Aqui o estudante precisa demonstrar domínio do conhecimento, habilidades e atitudes para responder a problemas concretos.

Essa concepção remete ao conceito de *metacognição*, que é o “[...] conhecimento que se tem sobre os próprios processos cognitivos” (FLAVEL, 1976 apud ...), para identificar o que o estudante sabe, o que demonstra fazer em situação simulada e o que, de fato, faz; essa compreensão do processo visa interferir no processo educacional corrigindo percursos, reforçando aspectos positivos e possibilitando eventuais correções. De fato, a metacognição permite a compreensão e a explicação das relações entre os procedimentos adotados, o objetivo e o resultado obtido.

7.1 Desempenho acadêmico

O *desempenho acadêmico* do aluno requer conhecimento de dados, conceitos, informações etc. que compõem o amplo domínio da área de conhecimento em avaliação. Esse objeto de avaliação exige recursos que atendam seu objetivo, que é saber (conhecimento teórico) e saber como (habilidade de articular o conhecimento em certo contexto).

7.2 Desenvolvimento do aluno ao longo da vida

O *desenvolvimento do aluno ao longo da vida* requer compreensão, análise e aplicação dos referidos dados, conceitos, informações etc.. Esse objeto de avaliação exige recursos que atendam seu objetivo, que é mostrar o que sabe (habilidade de aplicar o conhecimento adquirido na resolução de problemas em situações simuladas) e fazer o que sabe (habilidade de aplicar esse conhecimento na resolução de problemas em situações reais nas áreas de concentração do curso).

8 METODOLOGIAS DA AVALIAÇÃO

As bases orientadoras (saber, saber como, mostrar o que sabe e fazer o que sabe) apontam para a metodologia adotada nesse Manual: a *avaliação formativa*. Esse conceito de avaliação (*avaliação formativa*) encontra-se a serviço da qualidade educacional (processo de ensino e aprendizagem) cumprindo seu papel de promover o ensino na medida em que guia os passos do educador, e de contribuir para a formação do aluno.

A *avaliação formativa* situa-se no centro da ação de formação do aluno possibilitando um novo momento à relação ensino e aprendizagem, e levantando informações úteis à regulação desse processo; desse modo, a avaliação contribui para a efetivação da atividade de ensino.

Nesse sentido, a avaliação é *informativa*, à medida que informa os atores do processo educativo: o professor toma conhecimento dos efeitos reais de sua intervenção pedagógica, possibilitando que regule sua ação a partir disso, e o aluno percebe onde está, toma consciência das dificuldades que encontra e torna-se capaz de corrigir seus próprios erros; é *contínua*, pois se encontra inscrita no centro do processo educativo, formativo, proporcionando desse modo uma retroalimentação contínua, isto é, uma articulação eficaz e constante entre coleta de informações e ação remediadora a partir do professor.

8.1 Metodologias de avaliação

Enfim, o conceito de *avaliação formativa* é mediado por metodologias que lhe dão suporte e diretriz; cada metodologia tem uma função específica que, pensada globalmente, contribui para o sucesso geral do processo de ensino e aprendizagem, isto é, para a aprendizagem do aluno. Adota-se, para isso, seleção de metodologias na função de educar a pessoa para a vida e o mundo do trabalho:

(a) Diagnóstica: Essa avaliação sonda conhecimentos e experiências já disponíveis no aluno, assim como a existência de pré-requisitos necessários à aquisição de um novo saber estimando-se seu desempenho futuro segundo os objetivos propostos no perfil do aluno; (2018-2022, p. 75).

A função básica dessa metodologia de avaliação é informar sobre o contexto em que o trabalho pedagógico do(a) professor(a) se realizará e os atores envolvidos. Essa avaliação fornece subsídios para uma ação mais ampla. Sua função essencial é alcançar as metas do trabalho pedagógico em articulação com a avaliação formativa.

Apresentam-se como recursos específicos para a avaliação diagnóstica: seminários, questionários, análises de resultados anteriores, observação, entrevistas etc.. Exemplo de sua utilidade: a identificação de alunos com dificuldades de aprendizagem, prevista no PPC (2018-2022), no Programa de Atendimento ao Discente (PAD) etc. para atendimento individualizado e psicopedagógico, exige o uso de recursos como esses.

A segunda metodologia de avaliação, prevista no PPC (2018-2022, p. 75), é a que segue:

(b) Formativa: essa avaliação possibilita a reorientação ou a continuidade das práticas de ensino etc. e tem os objetivos de ajudar o aluno a aprender e a se desenvolver, de participar da regulação das aprendizagens bem como do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo;

A função básica da avaliação formativa é avaliar preventivamente captando os avanços e as dificuldades que se manifestam durante o processo

pedagógico; dessa forma, deve ser feita em tempo hábil para que as dificuldades sejam sanadas. Sua função essencial é contribuir positivamente no processo pedagógico. Nesse sentido, fala-se em avaliação diagnóstico-formativa, um retorno reflexivo sobre o processo de aprendizagem, em uma tomada de consciência sobre sua função de apoio e estímulo, pois é tanto retrospectiva quanto prospectiva.

Quanto aos recursos adotados, devem possibilitar resultados (a) descritivos e (b) diretivos, mostrando a necessidade (onde, quando, como e porque) com vistas à revisão de planos e/ou de decisões. Alguns desses recursos são: autoavaliação, biografia focal, identificação de conceitos, mapa conceitual, pesquisa, projeto criativo, prova dissertativa, questionário, redação, seminário, etc..

Segue-se a terceira metodologia de avaliação prescrita no PPC (2018-2000, p. 75): “(c) Somativa: essa avaliação oferece subsídios para o registro das informações relativas ao desempenho avaliado. Seu objetivo principal é a comprovação de resultados e a certificação”.

A função básica da avaliação somativa é demonstrar a nota ou o conceito do aluno em certo período. Sua função essencial é verificar conhecimentos. Quanto aos recursos que podem ser utilizados, os mais comuns são: avaliação personalizada, desafio, exercício, game, provas objetivas, provas subjetivas, questionário, talento, teste, trabalho individual, trabalho prático, etc..

E a última metodologia de avaliação preconizada no PPC (2018-2022, p. 75) do Curso de Teologia da FASSEB é a auto avaliação, como segue:

(d) Auto avaliação: esse tipo de avaliação permite que, em determinada situação de aprendizagem, o aluno desenvolva estratégias de análise e interpretação de suas produções e de sua autonomia, favorecendo a tomada de consciência do seu percurso de aprendizagem; favorece a construção de estratégias pessoais no desenvolvimento profissional do aluno bem como o estabelecimento de metas e o exercício da autonomia em relação à própria formação; e possibilita fazer uma articulação entre tais conteúdos e a realidade da vida e do campo de trabalho onde o profissional será inserido.

A função básica da auto avaliação, é a reflexão sobre o próprio desempenho e a essencial é que, por meio dela, o estudante é levado a confrontar seu desempenho com o que se esperava e a agir para reduzir ou eliminar a identificada distância entre o objetivo e o desempenho real.

Dentre os recursos mais produtivos para a auto avaliação estão os processos relacionados à metodologia em si: definição do conteúdo a ser avaliado, definição dos critérios da avaliação, reflexão dupla na avaliação e plano de ação reativo.

Essas metodologias (diagnóstica, formativa, somativa e auto avaliativa), uma vez aplicadas por meio de instrumental diverso, deve atingir o objetivo *formativo da avaliação*. Contudo, o destaque que se dá ao termo *avaliação formativa* não significa a metodologia em si, mas seu objetivo; desse modo, não exclui nenhuma das metodologias, considerando que são complementares entre si no objetivo de educar a pessoa para a vida e o mundo do trabalho.

8.2 Diretrizes para a avaliação

As diretrizes que se seguem estão apoiadas nas seguintes premissas: a avaliação do discente é considerada uma avaliação do ensino implementado pela Faculdade Assembleiana do Brasil e deve ser encarada como reorientação para uma melhor aprendizagem do educando. São elas:

- (a) A avaliação do discente do curso de Teologia, bacharelado, da Faculdade Assembleiana do Brasil, deve ser realizada no contexto da aprendizagem, o que significa que deve haver interação com as características dos alunos em avaliação;
- (b) Essa avaliação é um processo e obedecerá aos tipos acima delineados considerando suas funções: avaliação diagnóstica, avaliação formativa, avaliação somativa e autoavaliação;
- (c) Tais tipos de avaliação exigem instrumentos [e procedimentos] para que sejam empreendidos, e devem ser escolhidos de modo a manter coerência com a proposta do curso em questão e com o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), agora incorporado ao PDI, visando sempre o perfil do egresso;
- (d) Todo instrumento [e procedimento] de avaliação deve procurar validar o conhecimento adquirido pelo aluno e sua capacidade de colocar esse conhecimento em prática na solução de problemas reais, de forma ética, observando-se os valores defendidos pela Instituição;
- (e) Esses instrumentos [e procedimentos] devem, também, propor ou simular situações reais a serem enfrentadas pelos alunos em seus ambientes de trabalho, pois indicam possibilidades de interdisciplinaridade;
- (f) Enfim, é necessário que, tanto no processo de avaliação quanto nos seus instrumentos [e procedimentos], os avaliados tenham clareza quanto às metas, critérios e padrões de avaliação. (PPC 2018-2022, p. 74)

8.3 Procedimentos de avaliação

Os procedimentos de avaliação integram os instrumentos adotados, sejam eles obrigatórios ou não. A escolha do procedimento deve ser feita levando em conta (a) o que deve ser avaliado e (b) a finalidade dessa avaliação.

8.3.1 Elaboração de instrumentos de avaliação

Uma vez definido o que deve ser avaliado e a finalidade dessa avaliação, inicia-se o processo de elaboração das atividades de avaliação sob os seguintes parâmetros:

- (a) *Relevância*: As questões são criteriosamente selecionadas em relação aos objetivos;
- (b) *Equilíbrio*: As várias dimensões do rendimento são proporcionalmente contempladas;
- (c) *Eficiência*: Leva em consideração o tempo do professor para a preparação e correção e o tempo do aluno para a realização;
- (d) *Objetividade*: Questões claras e respostas delimitadas. A prova deve ser objetiva, de modo que qualquer especialista que resolvê-la obterá o escore máximo;
- (e) *Especificidade*: A prova tem especificidade, desde que uma pessoa inteligente, que não domine o conteúdo, ao resolvê-la, obterá uma pontuação próxima do acerto, ao acaso;
- (f) *Dificuldade*: A prova não pode ser nem muito difícil nem muito fácil;
- (g) *Discriminação*: Cada questão discrimina os alunos de maior e menor rendimento. A prova produz ampla distribuição das notas para alunos que diferem em rendimento;
- (h) *Fidedignidade*: A prova tem o mesmo resultado em relação a outro instrumento de medida igualmente válido;
- (i) *Honestidade*: Cada aluno tem uma boa e igual chance de demonstrar o rendimento real;
- (j) *Tempo ideal*: A prova deve ser adequada ao tempo disponível. (OLIVEIRA, s/d.)

8.3.2 A aplicação dos procedimentos de avaliação

O PPC (2018-2022, p. 73,74) estabelece a obrigatoriedade de alguns procedimentos avaliativos e a livre escolha de outros por parte dos professores.

8.3.2.1 Procedimentos de avaliação obrigatórios

São dois os recursos obrigatórios na avaliação do Curso de Teologia:

RECURSOS AVALIATIVOS OBRIGATÓRIOS	
RECURSO	APLICAÇÃO
Produção de textos	Todas as disciplinas
Projeto de Ensino (atividades de ensino, pesquisa, intervenção social etc.)	Disciplinas nomeadas, semestralmente, pelo Colegiado do Curso.

8.3.2.2 Procedimentos de avaliação de livre escolha

Há vários recursos que podem ser utilizados na avaliação contínua e multifacetada. Segue-se uma lista, em caráter não exaustivo, em ordem alfabética:

SUGESTÕES DE RECURSOS DE LIVRE ESCOLHA PARA AVALIAÇÃO	
Atividade de Monitoria	Mapa conceitual
Autoavaliação	Memorial
Avaliação personalizada	Oficinas
Biografia	Observação
Conselho de classe	Pesquisa (na biblioteca, na internet; em sala ou em casa)
Debate	Portfólio (impresso, virtual etc.)
Desafio	Projeto criativo (artístico, científico, cultural, intervencionistas etc.)
Diário de aula	Prova dissertativa (sem e com consulta etc.)
Estudo de campo	Prova objetiva (perguntas, múltipla escolha, V ou F etc.)
Exercício	Questionário (questões objetivas, dissertativas)
Exposição (recitais de música e poesia, mostras de desenhos e de fotografias, comunicações acadêmico-científicas etc.)	Redação (descrição, narração, argumentação)
Feira (artística, científica, cultural, eclesiástica etc.)	Relatório (de leitura, de audiência, de atuação etc.; individual, em grupo etc.)
Forum	Representação (dramatização, esquete, peça teatral etc.)
Game	Seminário
Grupo de discussão	Simpósio
Identificação de conceitos (em histórias, filmes, livros, peças teatrais etc.)	Talento (maratonas, concursos, torneios, recitais, exposições etc.)
Intervenção social	Teste (objetivos, subjetivos; anunciados, surpresa etc.)
Invenção de histórias	Trabalho em grupo
Jornada acadêmica	Trabalho individuais (orais e/ou escritos)
Liderança virtual	Trabalho práticos (reais e/ou simulados)

O apêndice A deste Manual traz um *Quadro Adaptado da Tabela “Os nove jeitos mais comuns de avaliar e os benefícios de cada um”*, publicado pela Revista Nova Escola (2001).

9. AFERIÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

A aferição do rendimento escolar na Faculdade Assembleiana do Brasil está prevista no PPC (2018-2022, p. 76), regulamentada na Resolução D.A. nº 01 de 29 de março de 2012 e deve ser feita por disciplina, incidindo sobre três itens: (a) a frequência, (b) as atividades acadêmicas complementares e (c) o aproveitamento (rendimento escolar igual ou superior a média 7,0 [sete]) é o mínimo exigido para aprovação.

9.1 Frequência

Esse item refere-se à presença obrigatória em 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total programada para cada disciplina e/ou para cada período semestral. Sua observação garante alto conceito na visão do professor bem como garantia de não ser reprovado por falta.

9.2 Atividades Acadêmicas Complementares

Esse item refere-se à participação nas Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) disponibilizadas pela Faculdade Assembleiana do Brasil, semestralmente, considerando seu lugar didático-pedagógico no curso e a necessidade que cada aluno tem de cumprir uma carga horária obrigatória de 240hs dessas atividades ao longo de seu curso. Sua participação nas mesmas é obrigatória e amplia seu horizonte conceitual em temas diversos daqueles tratados em sala de aula.

Cada disciplina deve integrar, à sua avaliação, no mínimo uma atividade dessas por semestre.

9.3 Aproveitamento escolar

A avaliação do aproveitamento é o ponto máximo da aferição do rendimento escolar do aluno. Essa aferição incide sobre o domínio das competências propostas no Plano de Ensino de cada disciplina em consonância com o perfil do egresso delineado no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC), respeitados os parâmetros regimentais.

A definição da avaliação é feita pelo aproveitamento do aluno através de dois processos: por média de rendimento escolar e por extraordinário aproveitamento nos estudos.

9.3.1 Processo de avaliação

O processo de avaliação por rendimento escolar é realizado semestralmente por meio de 3 (três) avaliações denominadas: N1, N2 e N3. A aprovação por média de rendimento pode ser:

I - Aprovação sem necessidade da avaliação denominada N3 (exame final). A aprovação sem a necessidade da avaliação denominada N3 (exame final) exige média de rendimento escolar igual ou superior a 7,0 (sete);

II - Aprovação com necessidade da avaliação N3 (exame final). A aprovação com a necessidade da avaliação denominada N3 (exame final) exige, de igual modo, média final igual ou superior a 7,0 (sete).

9.3.2 Cálculo de médias

A média de rendimento é calculada mediante a soma da N1 e N2 dividida por dois ($[N1 + N2] : 2$); a média final é calculada mediante a soma da média de aproveitamento com a nota do exame final (N3) dividida por dois ($[Média de aproveitamento + N3] : 2$); e somente uma média de rendimento igual ou superior a 4,0 (quatro) dá ao aluno o direito ao benefício da realização da N3 (exame final).

9.3.3 Critérios de avaliação de rendimento escolar

Os critérios de avaliação de rendimento escolar são flexíveis e ficam a cargo do(a) professor(a) desde que este(a) atribua uma nota expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação até a primeira casa decimal. A aplicação das avaliações acima pode seguir os mesmos critérios e fazer uso dos mesmos instrumentos avaliadores; na definição dos critérios devem ser priorizados o desenvolvimento do raciocínio, do senso crítico e da capacidade de relacionar conceitos e fatos, associar causa e efeito, analisar e tomar decisões; enfim, as atividades de avaliação de rendimento escolar são diversas (conforme acima).

O processo de avaliação por extraordinário aproveitamento nos estudos também pode ser utilizado. No caso, o aluno que submeter-se a Exame por disciplina aplicado por banca examinadora especial, nos termos do PPC (2018-2022), e obtiver extraordinário aproveitamento nos estudos, poderá ter abreviado a duração de seu curso.

10 AÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Uma boa avaliação envolve três passos: 1) Avaliação diagnóstica, 2) Avaliação formativa (diagnóstica-somativa-formativa) e, finalmente, 3) Tomada de decisões que permitam atingir os resultados esperados a partir de reorientação do processo avaliativo, tais como planejar atividades, sequências didáticas ou projetos de ensino cada um instrumentalizado com os respectivos recursos avaliativos.

10.1 Avaliação da avaliação de rendimentos

O processo de avaliação do processo de ensino e aprendizagem, permite à área pedagógica da Faculdade empreender, com base nos dados documentados, uma análise contínua para identificar as fontes de sucesso e de problemas visando prover subsídios para melhorias durante a execução do curso e/ou em semestres posteriores. Isso se dá em duas instâncias, como segue:

- (a) Quando as fontes do sucesso ou dos problemas são identificados no âmbito do suporte ao aluno denominado *recursos administrativos*, cabe à Direção Acadêmica da Instituição a tomada de posição junto aos demais Diretores, ao(a) Coordenador(a) e/ou demais coordenadores e outras áreas da gestão acadêmica;
- (b) Quando as fontes do sucesso ou dos problemas são identificados no âmbito do suporte ao aluno denominado *recursos acadêmicos*, cabe à Coordenação a tomada de posição e isso acontece, especialmente, por meio dos professores

diretamente envolvidos na prática pedagógica [...]. (PPC 2018-2022, p. 77-78)

10.2 Metodologia da avaliação da avaliação de rendimentos

A avaliação da avaliação de rendimentos deve acontecer continuamente observando-se o resultado verificado através das três metodologias de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa.

Isso deverá ser feito pelo professor da disciplina e supervisionado pela Coordenação de Curso.

10.3 Ações reativas na área acadêmico-pedagógica

As ações pedagógicas em resposta à avaliação da avaliação de rendimentos surgem dos resultados desta avaliação. São assim descritas:

10.3.1 Resultados decorrentes da avaliação formativa e somativa

Nesse caso, cabe ao docente providenciar a adequação de métodos, materiais, estratégias e linguagens que constituem o desenvolvimento do trabalho e da aprendizagem, bem como da própria avaliação;

10.3.2 Resultados decorrentes da avaliação diagnóstica

Nesse caso, o discente deve ser encaminhado a programas de apoio ao discente, como as oficinas de nivelamento e aperfeiçoamento, disponibilizadas gratuitamente ao corpo discente.

10.3.3 Resultados decorrentes de auto avaliação

Nesse caso, o professor deve criar uma rede para assessorar seu aluno na reorientação de sua aquisição de conhecimentos.

10.4 O uso de um procedimento avaliativo deve sempre ser registrado e repetido, de forma que aqueles considerados improdutivos devem ser descartados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da aprendizagem no Curso de Teologia da FASSEB foi, ao longo desse Manual, apresentada em seus aspectos filosófico e prático.

O documento foi escrito de forma a apontar para um sistema de avaliação capaz de contribuir para a educação do aluno, e oferecer, através de uma filosofia de avaliação centrada nos princípios da Palavra de Deus, uma

prática voltada para o desenvolvimento da educação desse aluno como um aprendiz para a vida.

Descreveu o processo avaliativo com base no pressuposto básico de que o objeto da avaliação deve ser sempre o desempenho acadêmico do aluno e seu desenvolvimento para a vida; e de que o aluno a ser avaliado é uma criatura singular de Deus e que o processo pedagógico deve visar sua valorização e contribuir para a sua educação.

Enfim, este Manual buscou normatizar e padronizar os procedimentos avaliativos de modo a orientar os professores do Curso de Bacharelado em Teologia na elaboração dos instrumentos a serem utilizados no processo de avaliação dos discentes, seja em sua concepção filosófica, seja em sua operacionalização.

REFERÊNCIAS

FACULDADE ASSEMBLEIANA DO BRASIL. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2022* Goiânia, 2018.

_____. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Teologia (PPC) 2018-2022*. Goiânia, 2018.

_____. *Regimento Interno*. Goiânia, 2009.

_____. *Resolução DA nº 001/2012*. Goiânia, 2012.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; BELHO, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: Revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

HEATON, Timothy L.; COON, Brian. A avaliação na escolar crista: Filosofia e prática. In: VV. AA. *Fundamentos pedagógicos*. São Paulo: ACSI, 2005. p. 55-67. Série Perspectivas Cristãs da Educação.

OLIVEIRA, Andréa. Como avaliar corretamente os alunos. *Site CPT*. Disponível em: <http://www.cpt.com.br/cursos-metodologia-de-ensino/artigos/como-avaliar-corretamente-os-alunos>. Acesso em: 29 jul. 2015.